



O DESCUMPRIDOR DE PROMESSAS

Imprensa divulga redução de 11% em valor para funcionalismo no orçamento 2023

Com histórico de descumprir as próprias promessas e não conseguir garantir propostas de seu governo para o funcionalismo, Jair Bolsonaro deveria explicar como pretende reestruturar carreiras, quais seriam, se há reajuste previsto para servidores em 2023, qual percentual e se haverá mesmo abertura de concursos públicos no próximo ano. Essas são algumas das sinalizações feitas pelo candidato à reeleição, mas que diante do valor que deverá reservar no Orçamento 2023 ao funcionalismo, nem mesmo os 5% estariam garantidos.

A imprensa divulgou que houve uma redução de 11% no valor que estaria destinado aos servidores no Orçamento 2023. Dos antes R\$ 11,7 bilhões previstos, a LDO para 2023 deverá trazer R\$ 10,5 bi. Em reunião com o Fonasefe nessa terça-feira, 23, o Ministério da Economia havia informado que ainda não existia definição sobre qual será o montante destinado a servidores no orçamento.

Para o Fonasefe, o diálogo com o governo Bolsonaro perma-

nece inviável. A categoria vai buscar junto a parlamentares, no Congresso Nacional, a construção de uma proposta de orçamento justo e possível para viabilizar investimentos urgentes e a garantia de reposição salarial que possa recompor as perdas que só durante o governo Bolsonaro deverão superar os 32%. "Nossa luta seguirá dentro do parlamento. Inclusive combatendo a PEC 32, da famigerada reforma Administrativa, que ainda ameaça o setor público", reforçou Sérgio Ronaldo.

Ontem, em ato live, representantes dos servidores federais fizeram a leitura de uma carta onde cobram um orçamento para o setor público compatível com o tamanho do Brasil. Promover o desmonte dos serviços públicos ficará como marca registrada do governo Bolsonaro. Este é o governo que levou a redução de gastos com o funcionalismo ao menor nível desde 2008, incluindo a redução do número de servidores. São quase 150 mil servidores a menos desde 2019.

Jornada de Luta por orçamento justo

Na próxima semana, entre os dias 29 de agosto e 2 de setembro, uma jornada de lutas promove uma força tarefa dos servidores que coincide com o esforço concentrado do Congresso para votação da proposta orçamentária do próximo ano. No dia 31, às 14 horas, dia do prazo final para o envio da proposta ao Congresso, um ato em defesa do serviço público e dos servidores está previsto no auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados.

Também no dia 31 a Condsef/Fenadsef vai promover um seminário voltado para sua base com o tema "Eleições Gerais e os desafios do serviço público". A atividade será realizada de forma híbrida, no auditório do Sindsep-DF e também via Zoom. O link será encaminhado à entidades filiais. O debate vai contar com a participação do analista político, Antônio Augusto Queiroz, do Diap e do assessor jurídico da Condsef/Fenadsef, José Eymard Loguercio.

Fonte: Condsef

Rumo a 1 milhão de assinaturas

Estado de direito sempre!

Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!

Assine e faça parte da história

clique aqui



Sem selfie: TSE proíbe eleitor de entrar na cabine de votação com celular

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que os eleitores deverão deixar o celular com os mesários antes de votar nas eleições deste ano, em 2 de outubro. Apesar de ser proibido por lei, a selfie na cabine de votação, está entre as infrações mais cometidas nas eleições.

De acordo com decisão unânime do Plenário do TSE, nesta quinta-feira (25), o celular deve ser entregue aos mesários junto com o documento de identificação. Os ministros analisaram uma consulta feita pelo partido União Brasil.

O TSE promete uma campanha para dar ampla divulgação à norma. Nos pleitos de 2018 e 2020, os aparelhos poderiam ficar sob a guarda da mesa receptora ou mantidos em outro local de escolha do eleitor. Conforme o novo entendimento, os mesários devem reter o celular ou qualquer outro aparelho capaz de registrar ou transmitir o voto.

O objetivo é garantir o sigilo do voto previsto na Constituição, além de evitar eventuais coações aos próprios eleitores.

Na próxima sessão administrativa do tribunal, marcada para terça-feira (30), o Plenário deve incluir a regra em um novo texto da resolução que está em vigor para as Eleições 2022.

Caso o eleitor descumpra a nova regra, os mesários poderão acionar o juiz responsável pela zona eleitoral, podendo a Polícia Militar (PM) ser solicitada para solucionar eventuais questionamentos.

De acordo com o Código eleitoral (Lei 4.737, de 1965), a pena para quem violar ou tentar violar o sigilo do voto pode ser de até dois anos de detenção.

Detector de metais

Também por unanimidade, os ministros do TSE decidiram ser possível o uso de detectores de metais nas seções eleitorais, desde que a medida seja justificada pelo juiz eleitoral diante de alguma situação excepcional.

Com informações do TSE, Agência Brasil e Agência Senado.

Fonte: CUT



Enfermagem reage à chantagem de hospitais que não querem pagar o piso nacional

A chantagem dos hospitais, especialmente os privados, para não pagar o piso nacional de enfermagem a partir do dia 5 de setembro, tem deixado técnicos, auxiliares e enfermeiros indignados. Eles ameaçam com demissão em massa e fechamento de leitos. Os trabalhadores retrucam dizendo que dinheiro tem porque os hospitais estão lotados, o que eles querem é lucro cada vez mais alto.

A reportagem do Portal CUT conversou com duas enfermeiras, uma de um hospital particular de São Paulo e outra de um hospital público de Maceió (AL). A profissional de São Paulo duvidou que os patrões demitiam. Segundo ela, o número de pacientes e cirurgias, muitas delas adiadas durante o auge da pandemia de Covid-19, aumentou e o hospital lotado.

Já a enfermeira alagoana diz que está tão cansada da falta de valorização e reconhecimento, além do trabalho pesado, que está estudando mudar de profissão. Segundo ela, muitos colegas também querem mudar de área.

Matéria completa em
cut.org.br/noticias